

pragmáticas, a troca de imediata implantação destas, é comprometer seriamente os resultados desenvolvimentistas, arriscando-lhes a estabilidade. Se a classe postulatória converge, com o máximo de seu esforço, entusiasmo e idealismo, a participar do desenvolvimento nacional, vê-se, por outro lado, tolhida, corroída, pelo desordenado crescimento numérico que a atinge, qual sarcoma”.

Procurei ser breve na medida do possível. Se não logrei atingir esse desiderato, peço-lhes perdão.

Resta-me agradecer ao orador oficial pelas bondosas referências a quem simplesmente cumpriu o seu mandato de presidente, com extremada fidelidade ao Estatuto do Instituto dos Advogados Brasileiros e ao ideário programático de sua Diretoria. Resumo os meus agradecimentos ao operoso e culto professor e jurista ERNÂNI DE PAIVA SIMÕES com a palavra *obrigado*, pois, no dizer de PABLO NERUDA: “Quando se diz obrigado, se dizem muitas coisas mais, que vêm de muito longe e de muito perto, de tão longe como a origem do indivíduo humano, de tão perto como o secreto pulsar do coração”. (Cfr. B.C. BOMFIM, *in Pensamentos Seleccionados*, Edições Trabalhistas, pág. 15).

Obrigado, também, aos que me incentivaram, na missão cumprida, a transpor as pedras a que se referiu o admirável poeta DRUMMOND DE ANDRADE, por vezes e ardilosamente colocadas na espinhosa mas gratificante trajetória de minha gestão.

Em 23 de junho de 1993.

Homenagem póstuma ao ex-presidente Otto de Andrade Gil

Discurso do Orador oficial Ernâni Paiva Simões

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reunimo-nos aqui na Casa de Montezuma para homenagear o jurista, advogado e professor Otto de Andrade Gil, que, após longa vida, marcada pelo amor à cultura, concluiu, a 14.04.93, sua travessia pela terra.

Ex-presidente no biênio 1958/1959, quando se iniciava o processo de transferência da Capital Federal para Brasília, sua vida identificou-se com a do Instituto. Esta Casa esteve sempre presente em seus trabalhos quando exaltava nossa constante ajuda na melhoria do direito em elaboração, no aperfeiçoamento da ordem jurídica, na interpretação dos códigos e das leis do País.

Comercialista de escol, com freqüentes incursões nas áreas do Direito Civil, Constitucional, Trabalhista e Tributário, nasceu em Uruguaiana na primeira década do século XX.

Sua trajetória pública viria, entretanto, a ocorrer no Rio de Janeiro, onde receberia, junto aos beneditinos do Ginásio São Bento, os princípios filosóficos do aristotélico-tomismo que o acompanhariam

para sempre; e o apreço pelo Latim, que se refletiria na exposição clara, elegante e sintética, presente em todos os seus escritos.

Pelo casamento com D. Vera Vizeu se uniria à estirpe dos Vizeu, família aristocrata, de origem ibérica, cujos descendentes ora brilham nas profissões liberais e na magistratura.

Viria a ser, assim, genro de Affonso Vizeu, de Caçapava do Sul, gaúcho, que nas décadas de 20 e 30 se tornaria um dos maiores comerciantes do Rio de Janeiro, um êmulo do Barão de Mauá, responsável pela modernização do comércio na então capital do país, um patriota, fundador da Liga de Defesa Nacional e pioneiro do serviço militar obrigatório, o real inspirador da lei das contas assinadas, a duplicata comercial, no Brasil. O advento da duplicata trata-se, na verdade, de um marco na história do Direito Comercial brasileiro, pelas suas implicações no desenvolvimento do comércio no País.

OTTO DE ANDRADE GIL, A CONSTITUIÇÃO DE 1934 E O MANDADO DE SEGURANÇA

Bacharel em 1922 e Doutor pela Faculdade Nacional de Direito no início dos anos 30 deste século, promotor público adjunto no Distrito Federal, já desde muito cedo se interessara pelo Direito Constitucional.

Logo tornou-se discípulo e depois companheiro dos juristas que influiriam na redação do Ato Adicional de 1926 e viriam a contribuir, poderosamente, para a elaboração da Constituição de 1934, diploma calcado na Constituição social-democrata de Weimar, e ainda hoje por muitos considerada a mais perfeita de todas as nossas cartas magnas.

Era o grupo seleta, formado por João Mangabeira, Gudestau Pires, Muniz Barreto, Mattos Peixoto, meu saudoso professor de Direito Romano, Odilon Braga, Bernardes Sobrinho, Clodomir Cardoso, Sérgio Loreto, Edmundo de Miranda Jordão, Ribas Carneiro, Arnaldo Medeiros da Fonseca e outros, que iriam influir para a renúncia do jovem Otto Gil à carreira da Promotoria. Se o Ministério Público perderia um colaborador, o Direito Comercial logo ganharia um de seus mais notáveis difusores.

Fortemente influenciados pelas idéias sociais-democratas, sentindo a morte do velho liberalismo, do estado abstencionista *juge et gendarme*

de que falara no século passado Leroy Beaulieu, esses juristas, aos quais se unira o nosso homenageado, viriam a colaborar para acentuar-se o intervencionismo na ordem econômica e social, de que foram pioneiros os constituintes de 1934; e para a adoção, no plano constitucional, do mandado de garantia ou mandado de segurança, instituto fortemente influenciado pelo *writ of mandamus* e *writ of injunction* do Direito americano e mesmo do *juicio de amparo*, do Direito espanhol e mexicano que, já em nossos tempos, propiciaria a criação de nosso mandado de injunção, da Constituição de 1988.

O IAB, conforme nos informa o homenageado em duas monografias sobre o mandado de segurança, estaria, como sempre, à frente dos acontecimentos. Pois, em Congresso Jurídico Nacional, reunido no Rio de Janeiro no ano de 1922, aprovara tese do Ministro Muniz Barreto, no sentido da criação de um instituto processual capaz de possibilitar a reintegração de direitos pessoais violados, não protegidos pela via do *habeas-corpus*.

A discussão era antiga, na doutrina e na jurisprudência.

Rui Barbosa, em memoráveis processos judiciais, sustentara no início do século a extensão dos direitos possessórios para não deixar desvalidos direitos pessoais, ameaçados pelas perseguições políticas comuns na Velha República, anterior a 1930.

Posteriormente, com a não-recepção pelos tribunais brasileiros desta fecunda mas difícil doutrina, pretenderam notáveis advogados, voltados para a área política, alargar o instituto jurídico do *habeas-corpus*. A idéia era fazê-lo proteger direitos pessoais não circunscritos à área da locomoção. Construía-se, assim, a teoria brasileira do *habeas-corpus*, a aplicação do conceito de ir e vir a qualquer atividade lícita, a fim de proteger a posse de direitos pessoais.

Com a reforma constitucional de 1926, que restringira o uso do *habeas-corpus* ao campo da locomoção, tornara-se, porém, imperioso criar instituto jurídico para proteger direitos pessoais violados.

Ao lado do IAB, ao qual se agregara em 1926 para nele fazer brilhante carreira, que culminaria com a presidência e a outorga da medalha Teixeira de Freitas, o Professor Otto de Andrade Gil se constituiria, logo, em pioneiro do mandado de segurança, cuja denominação viria a surgir no seio desta Casa, por proposta de João Mangabeira, em 1934.

Mais tarde, já consolidado o *writ* em nosso Direito positivo, nosso homenageado continuaria a prestigiar o novo instituto, opondo-se a tentativas de restrições à sua livre concessão, sempre por iniciativas de governos autocratas, inconformados com o respeito e o culto à lei.

Em 1957, quando o então Juiz Aguiar Dias fora objeto de campanha difamatória por conta da concessão de liminares para a importação de automóveis estrangeiros, direito assegurado livremente na lei, colocar-se-ia o Professor Otto de Andrade Gil em defesa do titular de uma das Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, já que então não existia um juízo federal autônomo.

O mal, explicava nosso homenageado de hoje, “provém dos desmandos do Poder Executivo, ao descumprir abertamente as leis, ferindo os direitos subjetivos dos cidadãos e não do magistrado, que só faz aplicar a lei”. (Cf. *Do Mandado de Segurança*, Rio, 1962, separata da *Jurídica*, revista trimestral do IAA, páginas 8 e 9).

E acrescentava: “É justamente nos momentos de maior inquietação político-social que se tornam necessários os remédios para garantir os direitos públicos subjetivos, violados ou apenas sob ameaça de violação”. (Obra citada, pg. 8).

E citava Aguiar Dias: “A teratologia da suspensão de sua execução, quando concedida pela primeira instância, fere a sensibilidade jurídica nacional... ofende a índole do mandado, pois é de sua essência a pronta executoriedade” (obra citada, pgs. 8 e 9).

Décadas depois, já no alvorecer do movimento de 1964, mostrava-se sempre contrário às tentativas de restrições oriundas do Poder Executivo, via decretos-leis, à prerrogativa do Judiciário de bloquear, através da outorga de liminares, violências contra direitos individuais.

Repetindo Rui Barbosa, acentuava, então, nosso homenageado, em tom apocalíptico, já antevendo as borrascas políticas de após 1964:

“Quando as leis cessam de proteger os nossos adversários, virtualmente cessam de proteger-nos” (Cf. Rui, o Advogado, conferência pronunciada na Casa de Rui Barbosa, a 5.11.1967).

Em 1962, em tempos difíceis de radicalismos, está à frente dos que se opõem à reforma da legislação do mandado de segurança por lei delegada, sustentando que toda e qualquer alteração da lei, por constituir matéria indelegável, deveria caber privativamente ao Congresso Nacional.

OTTO DE ANDRADE GIL E O DIREITO COMERCIAL

Parecerista e advogado militante, nosso ex-presidente era essencialmente um comercialista, como se pode notar pelas monografias publicadas na *Revista do IAB*, do Instituto do Açúcar e do Alcool, pelos 12 volumes de pareceres como consultor jurídico da Associação Comercial e centenas de pareceres abrangendo cerca de 20 volumes, como consultor jurídico de empresas.

Em seu trabalho de crítica ao projeto de novo Código Civil (Separata da *Jurídica*, revista da Divisão Jurídica do IAA) fruto de conferência realizada nesta Casa em 22.02.1973, mostraria que, embora atribuído a Teixeira de Freitas, o pioneirismo da idéia de unificação e codificação do Direito Privado pertencia legitimamente a Silva Costa, também ex-presidente do IAB, que apresentara a proposta em sessão de 08.11.1888.

O professor seria, aliás, forte adversário da unificação, por velhas razões doutrinárias e pela oposição à Constituição de 1946, em seu artigo 8º, inciso XVII (atual artigo 22, inciso I, da Carta de 1988).

Ali, como agora, atribuía-se à União, competência para legislar dicotomicamente sobre o Direito Civil e Comercial. A Constituição, segundo o professor, não mencionava um Direito Privado unificado. Ao invés, separava o Direito Civil do Comercial (obra citada pg. 12).

Nas comemorações do centenário de nascimento de José Xavier Carvalho de Mendonça, em homenagem prestada pelo IAB e STF (Livraria Freitas Bastos, 1962), ao insigne jurista, a pretexto de analisar a vida do comercialista, mostra o Prof. Otto Gil seus profundos conhecimentos de Direito Comercial, no País e na legislação comparada. A obra de Carvalho de Mendonça é, então, minuciosamente estudada e interpretada.

Avesso às novidades, quase misoneísta, sem ser reacionário, nacionalista em legislação por entender a característica autônoma dos problemas sócio-econômicos brasileiros, profligava a “adoção de inovações inadaptáveis aos nossos costumes e sem raízes em nossa tradição” (obra citada pg. 37). O Direito Comparado, tentação dos juristas do terceiro mundo, não raro é fonte de equívocos, pela diversidade das condições prevalecentes em terras de maior equilíbrio sócio-econômico e cultural.

Seus trabalhos forenses e doutrinários enriqueceram sobremaneira nossa bibliografia jurídica comercial, principalmente na sempre discutida matéria das fusões e incorporações das sociedades comerciais, onde surgem inevitáveis conflitos entre o Direito Privado e o Direito Administrativo, pela atenção que este último dá à questão dos abusos do poder econômico (formação de cartéis e oligopólios). O Direito americano, pioneiro na repressão a esses comportamentos anti-sociais, é por ele analisado e admirado.

Em trabalho monográfico de 1967 (*A Correção Monetária na Atual Elaboração Legislativa*) já demonstrava a sua preocupação com o abuso do direito. Propunha, então, a extensão da correção monetária aos processos de concordata e falência, medida que seria relutantemente aceita pelo Poder Judiciário e pelo Legislativo e hoje ainda é objeto de discussão doutrinária na Comissão de Reforma da Lei de Falências, quando se continua lutando contra a chamada indústria das concordatas.

OTTO DE ANDRADE GIL E O DIREITO TRIBUTÁRIO

Sem constituir-se em especialista na área, já que o professor se sentia bem em qualquer ramo do Direito Público ou Privado, são excelentes as suas contribuições, tanto para a elaboração do CTN, calcado no Projeto Oswaldo Aranha/Rubens Gomes de Souza, como no seu combate pela adoção de um procedimento tributário adaptado ao Estado de Direito.

Nesse aspecto, é um pioneiro da extensão do princípio do contraditório ao processo administrativo, só realizada pelo artigo 5º, inciso LV da atual Constituição Federal, graças, sem dúvida, aos esforços de Sérgio Ferraz, quando assessor da Comissão de Sistematização na Assembléia Nacional Constituinte.

Salientando os aspectos iníquos de nosso procedimento fiscal, mostra o absurdo de o julgador de primeira instância ser o próprio lançador, quando deveria tratar-se de juiz isento, sem interesse econômico, corporativo ou moral no deslinde da controvérsia entre o fisco e o contribuinte.

Sustenta, ainda, a necessidade da observação dos princípios

processuais clássicos no campo tributário, eis que no processo de então a acusação se tinha por quase automaticamente provada com a lavratura do auto-de-infração. (Vide *Direitos Humanos e a Tributação*, Conferência Nacional da OAB – 11 a 16.08.1974).

Mas não se limitou ao procedimento (ou processo, como querem outros) administrativo e tributário a colaboração do Prof. Otto Gil à área fiscal.

Seus trabalhos a respeito do imposto de consumo, tributo transformado no IPI pela Emenda à Constituição de 1946, que propiciaria o advento do CTN, o mostram um pioneiro nos estudos sobre o desejável caráter não cumulativo dos impostos indiretos, conquista da década de 60 e das duas últimas constituições do País.

Na área do extinto imposto do selo, suas monografias sobre a não-incidência do tributo nas elevações de capital, decorrentes de aproveitamento de reservas ou de reavaliação do ativo, o inserem entre os heróis do Direito Tributário, que trabalharam em tempos difíceis, anteriores à presença do CT Nacional, e das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário. O direito era então extraído a fórceps das colaborações da doutrina e da jurisprudência, por pioneiros como Amílcar de Araújo Falcão, Tito Rezende, Jaime Péricles, Rubens Gomes de Souza, Erimá Carneiro, Gilberto de Ulhoa Canto, Condorcet Pereira de Rezende, Célio Barbieri e, sem dúvida, o nosso homenageado.

Também pioneiro na luta contra a pluritributação, a que se sujeitavam as pessoas físicas e jurídicas estrangeiras domiciliadas no Brasil, tornou-se um dos incentivadores dos atuais tratados internacionais que procuram resolver a matéria através da redução de alíquotas e da compensação, no exterior, do imposto pago em nosso país.

Relator do 1º Congresso Brasileiro para a definição das Reformas de Base – 1962 –, coube-lhe apresentar importante contribuição sobre o difícil e talvez insolúvel problema político da discriminação constitucional de receitas tributárias, com vistas à reforma da Constituição de 1946.

Estudando a correção monetária dos débitos fiscais, instituída pela Lei nº 4.357, de 14.07.1964, já ao tempo do governo militar, foi um dos primeiros a criticar o seu caráter gritantemente inconstitucional, ao pretender-se que a correção se realizasse *ex tunc*, desde a data da

constituição do crédito tributário pelo lançamento, com claríssima retroatividade.

Sua crítica viria a se impor na jurisprudência, mercê da independência de juízes da Fazenda, como o consócio e então juiz Wellington Moreira Pimentel, que, em 1964, concede liminar na matéria, em mandado de segurança requerido por este orador, sustando o efeito fortemente retroativo da lei nova, admitida a correção mitigada, com eficácia somente a partir de sua publicação.

Era a aplicação da teoria de Roubier, do efeito imediato e geral das leis novas, inserida na nova introdução ao Código Civil por inspiração de Orozimbo Nonato, e que parece contrapor-se à velha teoria de Gabba do direito adquirido, presente em todas as nossas Constituições desde 1946, inclusive na atual.

O entendimento da doutrina, defendido pelo Prof. Otto Gil, viria, afinal, a merecer o amparo legislativo, através da lei nº 4.862, de 1965, que corrigiria os excessos da Lei nº 4.357/64, fortemente impregnada do espírito revolucionário do legislador militar autocrata.

O PROFESSOR OTTO DE ANDRADE GIL E A CRÍTICA À ELABORAÇÃO LEGISLATIVA LENTA

Democrata convicto, homem corajoso e desassombrado, já em 1943, em plena vigência do Estado Novo, durante Congresso Jurídico Nacional, apresentava indicação ao IAB, aprovada por unanimidade, no sentido do restabelecimento, no texto da Constituição Federal de 1937, do Instituto do mandado de segurança.

Adepto, com Rosah Russomano, Afonso Arinos e Diogo de Figueiredo Moreira Netto, da cooperação de técnicos não parlamentares na elaboração legislativa, apregoava a experiência inglesa da Reforma Constitucional de 1832, principalmente no caso de feitura de códigos e leis de maior porte.

Sustentava, então, com o apoio da Comissão nomeada por Nereu Ramos, então Presidente da República, para a reforma da Constituição de 1946 (San Thiago Dantas – Carlos Medeiros – Gonçalves de Oliveira, Brochado da Rocha e Hermes Lima), a necessidade da delegação ao

Poder Executivo, bem como a maior colaboração deste último poder na elaboração legislativa mais técnica ou complexa.

Em *O Poder Legislativo do Presidente da República* (separata da *Revista do IAB* – Volume 28 – Ano VI) insiste Gil que, nas constituições modernas, quebram-se os velhos modelos de separação de poderes e incentiva-se a legislação por via do Poder Executivo, como ora se faz, através das medidas provisórias perfiladas pela Constituição de 1988.

Esse entendimento, de que foi pioneiro no Brasil o Prof. Otto de Andrade Gil, encontraria hoje o apoio do consócio Diogo de Figueiredo Moreira Netto, um mestre de nosso Direito Constitucional e Administrativo, quando afiança que isto nada tem de extraordinário, heterodoxo ou antidemocrático. Ao revés,

“trata-se de tendência a situar o Poder Legislativo não como órgão elaborador de leis, mas como fiscal político de sua conveniência e oportunidade, perdendo o monopólio da legislação para ficar com o da política legislativa” (obra citada).

O parlamento soberano, que em seu recinto até hoje não deixa entrar o rei, é atributo exclusivo do Direito inglês, com seu parlamentarismo clássico, em que se intercomunicam as vozes do Poder Executivo e do Legislativo.

Conceito romântico e iluminista, é inaplicável ao nosso presidencialismo, no dizer do homenageado, sempre um adepto da colaboração dos órgãos de classes, do IAB e do próprio Poder Executivo na feitura de projetos legislativos.

OTTO DE ANDRADE GIL E O IAB

Apaixonado pela missão do IAB no aperfeiçoamento da ordem jurídica, Otto de Andrade Gil aqui ensinou, desde 1962 até sua morte, com a paciência dos cultos e a lucidez dos inovadores.

Membro efetivo em 1926, demonstrou sempre, no testemunho de Walter Lemos de Azevedo, Reginaldo Nunes e outros consócios que o homenagearam, quando da inauguração de seu retrato na Galeria de ex-presidentes, a seriedade no cumprimento de seus deveres, a mansidão na direção dos trabalhos, não obstante a firmeza na condução

dos debates.

Secretário-geral, membro da Comissão de Admissões e do Conselho Superior, Vice-Presidente e depois Presidente, detentor da medalha Teixeira de Freitas, Otto de Andrade Gil, na acepção de Walter Lemos de Azevedo,

“exerceu aqui, com inexcusável dignidade, as funções do culto que devotamos ao Direito”.

Quis sempre fazer desta Casa uma assessora do Congresso Nacional, uma consultora em matéria legislativa e no aperfeiçoamento da ordem jurídica.

A tendência atual e infeliz de regionalização do Instituto – somos cada vez mais o I.A. do Estado do Rio de Janeiro, já que os quatro últimos contemplados com a medalha Teixeira de Freitas são todos juristas vinculados a esse Estado – quando ele queria uma Casa com dimensão nacional, o deixaria, como já deixa este orador, por certo desapontado e deprimido. Foi também nosso homenageado membro do Conselho Federal da OAB, representando seu Estado natal, tendo, na década de 70, renunciado ao mandato para não contrariar suas convicções.

OTTO DE ANDRADE GIL, O BIBLIÓFILO

Freqüentador dos velhos *sebos* do Rio de Janeiro, principalmente a Livraria São José, hoje na Rua do Carmo, o conhecemos em 1960, quando já disputava com outros colecionadores a posse de obras raras, com a paciência e o bom-humor herdado dos beneditinos, mas com a pertinácia dos bibliófilos que perturbavam a paz do velho e saudoso Carlos Ribeiro ou de seu sucessor Germano. Carlos Ribeiro, com seu faro jurídico, tinha não raro que construir jurisprudência para decidir essas disputas.

Construiu, com esse acendrado amor aos livros, uma das maiores bibliotecas especializadas do Rio de Janeiro, contando cerca de 100.000 volumes. Na verdade, na sua percepção, não tinha uma casa, mas aposentos anexos à biblioteca, local onde estudava e recebia os amigos.

Na Livraria Principal, do velho Aluizio, hoje decadente, vimo-lo várias vezes encomendando novidades do exterior.

OTTO DE ANDRADE GIL, JURISTA E PROFESSOR

Na Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde deixaria 12 volumes de pareceres, na Faculdade Cândido Mendes, onde ensinou a várias gerações, em seu escritório da Av. Rio Branco, onde se encontram cerca de 20 volumes de respostas a consultas de clientes, todas inéditas, deixou o Professor Otto Gil a sua marca de jurista e mestre das novas gerações, transmitindo esse conhecimento a seu filho e a seu neto, que também honram esta Casa, o primeiro como ex-presidente que sempre nos brinda com peças exemplares, quando chamado a emitir seus pareceres.

Na Faculdade de Direito Cândido Mendes ensinara a Deontologia Jurídica, sempre preocupado com a ética no exercício da advocacia.

Constitui com Azevedo Sodré, Haddock Lobo e Costa Netto, o grupo dos mestres da área, onde todos vamos beber nos momentos de crise profissional. Seus pareceres, em matéria de ética jurídica, são constantemente consultados por advogados e juristas, torturados pelas constantes e difíceis questões ligadas ao exercício profissional.

Haddock Lobo, quando presidente da Seccional, é testemunha do seu interesse constante pela Deontologia Jurídica. Comparecia mensalmente à OAB para receber as decisões do Tribunal de Ética, de forma a manter-se constantemente atualizado na matéria.

Ainda recentemente, tive de recorrer a seu filho, Dr. Otto Eduardo Vizeu Gil, para obter cópia de um parecer sobre a legitimidade da emissão de cambiais, por advogados ou sociedades de advogados, exarado ao tempo da publicação da lei que criara a duplicata de serviços. Para a criação desse instituto jurídico, muito, aliás, contribuiu o homenageado. Pode-se dizer que Affonso Vizeu fora o pai da duplicata mercantil; e o Prof. Otto de Andrade Gil o pai da duplicata de serviços. Institutos nascidos, pois, na mesma família.

O parecer destinava-se a enriquecer contestação a ser elaborada pelo consócio João Guilherme de Moraes Sauer, da Procuradoria do Estado, um de nossos mais jovens e promissores juristas.

Eu mesmo sou testemunha da importância que dava à seriedade no exercício do magistério. Certa vez fui verbalmente censurado, pelo professor, por ter dado cola a uma estudante que me procurara para